

012

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



POLÍTICA DE COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: ELABORAÇÃO BOTTOM-UP E CONFIGURAÇÕES RESULTANTES NA UFMG

Bianca Drielly Mendes (UFMG)
Ana Paula Karruz (UFMG)

RESUMO

Em 2017, a Universidade Federal de Minas Gerais aprovou a reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em seus cursos de pós-graduação *stricto sensu*. A maioria das decisões para a implementação da resolução, como o percentual de vagas a serem reservadas a candidatos negros (entre 20% e 50%), ficaram a juízo dos colegiados dos programas de pós-graduação. Apesar de essa regra alterar a alocação de um serviço público sofisticado e de alto valor agregado, não se conhecem os princípios de justiça e critérios considerados pelos programas, os processos organizacionais envolvidos na implementação, nem o panorama de formatos resultantes. Esta pesquisa endereça tais lacunas, combinando as perspectivas teóricas da burocracia de nível de rua e do reproductionismo bourdieuano. Estatísticas descritivas e um modelo de regressão multinível para dados censurados indicam que: *i*) o intervalo de reserva não parece formar mais um “gargalo” na trajetória acadêmica do seu público-alvo, já que a participação de negros entre os graduados das carreiras alimentadoras tende a ser inferior a 50%; *ii*) a distribuição dos percentuais de reserva para negros está concentrada na vizinhança do limite mínimo; e *iii*) esses percentuais estão positivamente associados com características das carreiras alimentadoras – em particular, com o percentual de graduados negros e com o rendimento esperado ao longo da vida para profissionais da carreira.

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX, políticas de ação afirmativa vêm sendo objeto de debate, tanto de estudiosos quanto da sociedade. Essas políticas surgiram por volta de 1940, na Índia, com o propósito de suprimir a segregação e a discriminação no parlamento. Assim, em benefício das castas inferiores, estabeleceu-se o primeiro sistema de cotas conhecido (WEISSKOPF, 2004; SANTOS, 2012).

No Brasil, as desigualdades existentes nas dimensões socioeconômica, de gênero, racial/ étnica, entre outras, redundam em enorme disparidade de oportunidades entre os brasileiros (ARRETICHE, 2015; SOUZA, 2016; BIROLI, 2017; SALATA, 2018). As ações afirmativas irromperam a fim de combater e mitigar tal fato (CAMPOS, 2014).

A despeito da longa história de injustiças sociais, somente em 2001, a partir da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, o Estado brasileiro comprometeu-se a estabelecer ações e políticas públicas visando enfrentar e superar o racismo no Brasil, tais como a aplicação de critérios raciais na distribuição das vagas do ensino superior federal (CAMPOS, 2014; IISUKA, 2016).

Cotas são um tipo de ação afirmativa que reserva um determinado número de vagas para grupos específicos a fim de promover igualdade de oportunidades (SABBAGH, 2011; DAFLON, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2013). No Brasil, há cotas voltadas a diferentes perfis sociodemográficos; por exemplo, em concursos públicos (para negros e deficientes); em candidaturas eleitorais (para mulheres), em cursos de graduação em universidades públicas (para egressos do ensino médio público); e, mais recentemente, em cursos de pós-graduação – para candidatos negros, pobres, pessoas trans, entre outros públicos (VENTURINI, 2017).

Nesse sentido, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aprovou, via Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº 02/2017, a reserva de vagas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência em seus cursos de pós-graduação *stricto sensu*. A maioria das decisões para a implementação da resolução, como o percentual de vagas a serem reservadas para negros (entre os limites mínimo e máximo de 20% e 50% definidos na resolução)¹ e a elaboração do edital, ficaram a juízo dos colegiados dos programas de pós-graduação (PPGs). A política confere, portanto, substantiva discricionariedade aos agentes na implementação; nessa perspectiva, os membros dos colegiados podem ser considerados burocratas de nível de rua (LIPSKY, 1980).

A política de cotas na pós-graduação da UFMG foi impulsionada pelo objetivo de inclusão (BRASIL, 2017) e, conseqüentemente, de maior diversificação da comunidade acadêmica. Sua execução, no entanto, é relativamente complexa e está longe de se encontrar estabilizada. Já no primeiro ano, a implementação das cotas defrontou-se com acusações de fraudes, gerando dúvidas e dificuldade na análise e acompanhamento do processo (DAMÁZIO, 2017).

Não se conhecem, todavia, os princípios de justiça distributiva (e.g., primazia do mérito acadêmico anterior), os critérios considerados pelos PPGs ao fixarem percentuais de reserva (e.g., perfil racial dos candidatos e discentes previamente às cotas), nem os processos organizacionais envolvidos (e.g., indução normativa pela alta gestão universitária, ao estabelecer um percentual mínimo para a reserva). Da mesma forma, não estão disponíveis, ao nosso conhecimento, análises mais gerais sobre o panorama de ações afirmativas resultantes dessas diferentes possibilidades de desenho – apesar de se tratar da alocação social de um serviço público sofisticado e bastante demandado.

A pesquisa aqui reportada busca contribuir para o preenchimento de tais lacunas. Assim, configura-se como um estudo das ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* de excelência da UFMG, a partir da perspectiva teórica do reproducionismo das desigualdades educacionais, abarcando noções de estratificação vertical e horizontal, combinada com um entendimento de que os membros dos colegiados dos PPGs são burocratas de nível de rua, dispoñdo de considerável latitude na especificação dos percentuais de reserva. Examinam-se duas hipóteses: *H1*) a distribuição dos percentuais de reserva está concentrada na vizinhança do limite mínimo; e *H2*) os percentuais de reserva adotados estão sistematicamente associados com características das ofertas (e.g., mestrado versus doutorado) e de suas carreiras alimentadoras (e.g., percentual de negros entre os graduados nos cursos de graduação mais comuns entre os candidatos a uma pós-graduação; rendimento esperado ao longo da vida para profissionais dessa carreira).

O restante do trabalho está organizado como segue. Seção 2 reconta as primeiras experiências com ações afirmativas na pós-graduação brasileira, com destaque para a indução por parte do governo federal, porém com limitada coordenação. Seção 3 posiciona o problema de pesquisa (*Qual o panorama resultante das decisões descentralizadas sobre ações afirmativas na pós-graduação de excelência da UFMG, e como essas ações variam entre cursos?*) como uma questão de política implementada de maneira *bottom-up*, com expressiva discricionariedade exercida pelos membros dos colegiados dos PPGs, formados por burocratas de nível de rua. Seção 4 revê a literatura sobre estratificação no ensino superior, a qual é emprestada para o contexto da pós-graduação, servindo para orientar teoricamente as hipóteses sobre a extensão e variações dos percentuais de reserva de vagas praticados na UFMG. Seção 5 descreve a abordagem metodológica, baseada em análise documental para composição de um banco de dados quantitativos, aos quais se aplicou um tipo de análise de regressão multinível própria para a natureza censurada da variável dependente – o percentual de reserva para negros, o qual varia entre 20 e 50%. Seção 6 apresenta os resultados, sendo acompanhada por considerações finais (Seção 7) e pelas referências bibliográficas.

¹ Para acesso de candidatos negros, a Resolução CEPE nº 2/2017 previu reserva de vagas (cota), de acordo com esses percentuais mínimo e máximo (art. 3º). Para indígenas e pessoas com deficiência, essa resolução prescreveu o lançamento de editais anuais específicos, com a oferta de no mínimo uma vaga suplementar em cada curso de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado da UFMG (art. 6º e art. 9º). As análises empreendidas neste trabalho focarão na reserva de vagas a pessoas negras, para quem o tipo de ação afirmativa estipulado é cotas, e não vagas suplementares.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

As ações afirmativas na pós-graduação em universidades públicas brasileiras emergiram em 2002, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); contudo, não existia uma norma geral para servir de diretriz às universidades (VENTURINI, 2017). A partir de 2003, a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas articularam uma iniciativa nesse sentido, porém de enfoque temático. Com a criação da área de concentração em Direitos Humanos nos cursos de pós-graduação, impulsionada pelo Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil, lançado por essas fundações, foi exigida a adoção de medidas de inclusão social nos processos seletivos, considerando critérios como gênero, raça e etnia. Além disso, foram oferecidas bolsas de pesquisa para mestrandos dos cursos selecionados pelo programa (LÊÃO, CARVALHO, 2014).

Segundo Venturini (2017), essas primeiras experiências foram extremamente significativas, evidenciando que as ações afirmativas na graduação e na pós-graduação despontaram ao mesmo tempo. Sobre a Uneb, que a partir de 2003 destinou 40% das vagas de todos os cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) para afrodescendentes, Lizuka (2016) explica que a aplicação da reserva de vagas para além da graduação manifesta a percepção dos gestores universitários de que a exclusão de grupos específicos não se limita apenas aos cursos de graduação.

Em sua maioria, as iniciativas de implementação de políticas de inclusão nas pós-graduações originaram-se em resoluções de conselhos universitários ou dos próprios PPGs. O Estado do Rio de Janeiro, no entanto, foi pioneiro em determinar, por meio de legislação, a criação de ações afirmativas em cursos de pós-graduação (compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros) das universidades mantidas por ele, via leis estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015 (VENTURINI, FERES JÚNIOR, 2018). A primeira definiu o público beneficiário: graduados negros e indígenas; pessoas com deficiência; e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. A segunda estabeleceu o limite máximo de 30% para o percentual de vagas reservadas.

Somente em 2016 houve um estímulo do governo federal nessa direção, com a edição da Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 13, de 11 de maio de 2016, que instituiu um prazo de 90 dias para a apresentação de propostas de inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos PPGs em instituições federais de ensino superior (VENTURINI, 2017). A portaria não exigia a implementação das propostas, todavia. Houve, portanto, limitada coordenação por parte do governo federal, abrindo espaço para uma enorme diversidade de formatos de ações afirmativas nessa esfera, e até mesmo facultando essas ações. Apesar de não determinar obrigatoriedade na implementação de ações afirmativas, a portaria nº 13/2016 é mencionada por muitos programas como um dos fatores que favoreceram a institucionalização dessas medidas na pós-graduação (VENTURINI, 2017).

Em levantamento compreendendo o período de 2002 a meados de 2017, Venturini (2017) localizou 131 ações afirmativas voltadas para o ingresso na pós-graduação. A despeito do volume relativamente modesto de iniciativas, seu alcance é considerável:

Foram analisados editais de 1870 programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras. Considerando as políticas criadas por programas específicos e aquelas criadas para todos os programas de uma universidade pública, o número de programas com políticas afirmativas representa aproximadamente 20% do total de programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras. (VENTURINI, 2017, p. 7)

Essas 131 iniciativas visam fortalecer a participação de diferentes públicos, sendo os mais frequentemente contemplados os pretos, em 87,02% das iniciativas, seguidos de pardos (84,73%), indígenas (70,23%) e pessoas com deficiência (61,83%). A maioria das iniciativas concentra-se nas áreas de Ciências Humanas (43,80%) e Ciências Sociais Aplicadas (23,97%), com tímida presença nas Ciências Biológicas (3,31%), Ciências Exatas e da Terra (2,48%) e Ciências Agrárias (1,65%). Das 131 iniciativas identificadas na pós-graduação, 121 (92,37%) decorreram de decisões dos próprios PPGs, pontua Venturini (2017).

BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA

Para a análise da burocracia, é seminal a obra de Max Weber (1964-1920), um dos pioneiros nesse tema, cujos textos promovem reflexão sobre política, Estado, uso legítimo da força e tipos de dominação (i.e., autoridade), entre outros assuntos. Especificamente, no tipo de dominação racional-legal, o alicerce está em uma estrutura burocrática baseada em legislações e regras normativas, criadas racionalmente, e que são implementadas e executadas por funcionários do Estado – os burocratas (WEBER, 2008).

O burocrata, na visão de Weber, é apenas o executor de serviços; seu trabalho é mecânico, regado, impessoal, especializado, meritocrático, estável e fundamentado no princípio da hierarquia. O burocrata é submisso ao político, e este é subordinado à sociedade. No entanto, segundo Lotta (2012, p. 3), “[...] ao longo dos anos e com a modernização da atuação e do papel do Estado, [...] a dicotomia entre burocratas e políticos

não era mais tão clara [...]”. Diante das novas funções e divisões de atribuição entre burocratas e políticos, afastadas da descrição weberiana, Lipsky (1980) propôs a noção de “burocracia de nível de rua”: uma camada da estrutura administrativa dos governos que lida diretamente com os cidadãos, e que possui autonomia na tomada de decisões para o cumprimento de seus ofícios.

A formulação e implementação de políticas é um processo complexo, que pode ser operacionalizado a partir de duas perspectivas, não excludentes (SABATIER, 1986; BARRETT, 2004; LOTTA, 2010): *i) top-down*, quando distinguem-se claramente os processos de formulação e implementação; baseada nos princípios de controle e hierarquia, a política é elaborada no topo, limitando a tomada de decisão local às questões operacionais; e *ii) bottom-up*, quando se tem os executores como os principais atores no processo de implementação de políticas públicas; as políticas são feitas de “baixo para cima”, não existindo uma clara distinção entre formulação e implementação; o burocrata pode transformar, impedir ou até mesmo delinear nova política.

Membros das secretarias e dos colegiados dos PPGs atuam no atendimento a candidatos, docentes e discentes, implementando políticas e sendo responsáveis pelo modo como as ocorrências são transmitidas, tratadas e entregues à comunidade acadêmica e à sociedade. Aplicam normas, porém dentro de um espaço de decisão que acomoda alguma discricionariedade.

Considerando a pouca regulação na implementação das cotas na pós-graduação da UFMG, a latitude decisória se faz ampla; assim, espera-se encontrar uma diversidade nos desenhos adotados. De fato, uma variedade de decisões fica a cargo dos colegiados, a exemplo de se o processo de seleção se dará em fluxo contínuo, e qual documentação será necessária para inscrição, além da definição do percentual de vagas reservadas a candidatos negros. Este parece ser um processo de implementação *bottom-up*.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

Cabe salientar que os cursos de pós-graduação podem não ser estritamente comparáveis no tocante a retornos materiais e simbólicos a eles associados. Esse tipo de constatação é recorrente na literatura sobre cursos de graduação, ensejando o conceito de estratificação horizontal (LUCAS, 2001; SHAVIT *et al.*, 2007; GERBER, CHEUNG, 2008), que concerne à distribuição de indivíduos em cursos de um mesmo nível educacional conforme aspectos de origem social e trajetória educacional.

A dimensão vertical foca a transição educacional de um nível a outro, e evidencia que quanto mais alto o estrato socioeconômico da família, maiores as chances de acesso dos filhos a níveis educacionais mais avançados (SHAVIT, BLOSSFELD, 1993; LUCAS, 2001). Salata (2018) constatou a persistência da vantagem de filhos de profissionais liberais (e de filhos de pais exercendo outras ocupações que exigem diploma universitário) no que tange às chances de acessar o ensino superior em instituições públicas brasileiras, apesar da expressiva expansão da oferta de educação terciária no país nas últimas décadas. Complementarmente, a dimensão horizontal salienta que ao progredirem nos níveis educacionais, estudantes contam com possibilidades e exercem escolhas distintas quanto ao tipo de instituição – e.g., rede privada ou pública – e quanto à área educacional – ciências exatas, ciências humanas, etc. – e outros atributos da oferta.

No Brasil, a análise horizontal aponta que estratos socioeconômicos mais altos têm vantagens de acesso às instituições mais prestigiadas e aos campos educacionais com maior retorno (simbólico e econômico). Cursos de maior prestígio e expectativa de rendimento futuro são menos frequentados por negros e mulheres (RIBEIRO, SCHLEGEL, 2015). Em recente estudo, Carvalhaes e Ribeiro, (2019) observaram que pessoas cujo pai ou mãe concluiu o ensino superior apresentam maior probabilidade de ingressar nos cursos de maior prestígio (Medicina, Odontologia, Engenharia, etc.) e em instituições públicas. Ainda, esses autores identificaram forte estratificação por gênero, com homens possuindo maior probabilidade de frequentar cursos das ciências exatas, enquanto as mulheres estão sobre-representadas em cursos relacionados ao ensino e aos cuidados. Essa estratificação por gênero compõe-se com a posição socioeconômica (captada pela escolaridade dos pais), havendo cursos típicos de homens de classe alta, mulheres de classe alta, homens de classe baixa e mulheres de classe baixa.

A estratificação na pós-graduação é um tema pouco explorado pela literatura internacional e brasileira. Ainda assim, é plausível que as teorias desenvolvidas para a compreensão da estratificação horizontal e vertical até a graduação possam ser estendidas para o ambiente da pós-graduação, argumentam Posselt e Grodsky (2017). Tais autores listam quatro perspectivas teóricas que consideram pertinentes para esse fim: *i) a do capital humano* (BECKER, 1962; WEISBROD, 1962), que percebe a escolarização como um esforço de investimento na construção de habilidades reconhecidas e remuneradas no mercado de trabalho, sendo que a busca por formação adicional só se justifica se os retornos esperados excederem os custos; *ii) a do fechamento social* (*social closure*) via credenciamento (COLLINS, 1979), segundo a qual a exigência de licenças e credenciais educacionais para o exercício de certas profissões constitui um fechamento ocupacional, redundando na constrição da oferta de trabalho e na manutenção de status e salário mais altos; *iii) a da desigualdade maximamente mantida* (RAFTERY, HOUT, 1993) e formulações correlatas (LUCAS, 2001); e *iv) a do reproduccionismo* (BOURDIEU, 1984; BOURDIEU, PASSERON, 1990). As últimas duas proposições são detalhadas adiante.

Examinando os padrões de desigualdade persistentes na transição para o ensino médio na Irlanda, Raftery e Hout (1993) entenderam que esses padrões eram consistentes com um modelo de escolha racional, em que estudantes e familiares tomam decisões sobre investimento em educação com base em custos e benefícios esperados. O elemento mantenedor da desigualdade é que estudantes de famílias socioeconomicamente favorecidas tendem a atribuir maior valor à educação formal e a enfrentar menores barreiras para o sucesso educacional; portanto, são propensos a investir mais. Para Raftery e Hout (1993), aquilo que atualmente se entende por estratificação vertical só cessaria quando as taxas de transição para níveis educacionais mais elevados tivessem alcançado padrões de saturação para os setores socioeconomicamente favorecidos. Esta proposição é conhecida como desigualdade maximamente mantida (*maximally maintained inequality*, MMI). Lucas (2001) expandiu a MMI para acomodar diferenças qualitativas na trajetória educacional, em particular aquelas entre trilhas (*tracks*) dentro de uma mesma escola. Tal versão mais abrangente da MMI é conhecida como EMI – *effectively maintained inequality* (desigualdade efetivamente mantida). Assim como na MMI, na EMI a escolaridade é um bem posicional, com valor relativo, de modo que mais relevante que analisar os anos de escolaridade ou os níveis alcançados é avaliar como o valor ocupacional da escolaridade muda ao longo do tempo (TRIVENTI *et al.*, 2017).

A seu turno, a perspectiva reproducionista caracteriza a formação educacional avançada e aquela que concede credenciais para certas ocupações como uma forma de capital cultural, desejado por seu status e retorno econômico. Em vez do fechamento ocupacional, Bourdieu (1984) e Bourdieu e Passeron (1990) identificaram um fechamento social, já que estudantes com algum privilégio social são os mais prováveis de avançar nos sistemas educacionais e cursos de maior prestígio ou rendimento futuro. Segundo Posselt e Grodsky (2017, p. 358), “[T]he definition of elite social and cultural capital may thus become intertwined with the definition of scholarly excellence, determining access to the top strata of education and to faculty positions”²

A priorização do critério de excelência acadêmica, espera-se, estaria associado à implementação de percentuais mais modestos de reserva de vagas para negros, deixando um número maior de assentos para serem disputados na livre concorrência. Venturini (2017) relata que 41% dos 121 PPGs que criaram ações afirmativas haviam recebido nota 3 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), numa escala de 1 a 7.³ Apenas 32% dos 4.175 PPGs avaliados pela Capes (no quadriênio 2013-2016) posicionavam-se nesse ponto da escala – o que indica alguma sobrerrepresentação dos PPGs com notas mais baixas entre aqueles com iniciativas próprias.⁴

A avaliação da Capes tem implicações sobre concessão de auxílios pelas agências de fomento e organismos internacionais, de modo que os PPGs investem grandes esforços em maximizar suas chances de receber boas notas. Na medida em que o estabelecimento de ações afirmativas possa comprometer a excelência acadêmica e produtividade científica dos programas ou estender os tempos para titulação, sua adoção possivelmente seria considerada uma ameaça. A resistência à ameaça poderia se manifestar pela não implementação de ações afirmativas, ou pela aplicação dessas ações, porém em percentuais mínimos. Consistentes com essa interpretação, Venturini (2017) relata registros de objeção em relação à criação de cotas, reportados por Silva (2016) e De Fiori *et al.* (2017), respectivamente sobre o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de São Paulo (USP).

Isto posto, nossa primeira hipótese (H1) é que os percentuais de reserva se concentrem na vizinhança do limite mínimo. Essa suposição está baseada no reproducionismo bourdieuano (mais especificamente, na condição de entrelaçamento do capital cultural com a excelência acadêmica),⁵ numa possível percepção de que as cotas raciais pudessem prejudicar o desempenho do corpo discente, e em uma assunção de preferência por mudanças menos abruptas no processo seletivo. Sendo a política de cotas na UFMG uma determinação recente, é plausível esperar que os colegiados tenham escolhido aplicar percentuais próximos do mínimo, evitando assim, num primeiro momento, mudanças mais dramáticas na alocação das vagas.

Ainda, o processo seletivo para pós-graduação pode ser concebido como um trabalho de construção e manutenção de fronteiras para comunidades científicas e profissionais (POSSELT, GRODSKY, 2017). Assim, a seleção é mais que identificação de candidatos com sólida chance de sucesso acadêmico; trata-se também da criação dessas comunidades e identidades, além de uma estratégia para alcançar objetivos organizacionais específicos (por exemplo, concernentes à composição do alunado, ou à distribuição dos orientandos em linhas de pesquisa). Julgamentos quanto a quem merece ser admitido na pós-graduação e os contextos em que esses julgamentos são realizados (e.g., culturas das áreas do conhecimento, práticas de tomada de decisão, normas institucionais) importam diferentes incentivos e configurações de acesso, mais ou menos estratificadas, salientam Posselt e Grodsky (2017).

² A definição de capital cultural e social de elite pode portanto se tornar entrelaçada com a definição de excelência acadêmica, determinando acesso ao estrato superior de educação e de cargos docentes. [Tradução nossa.]

³ A Capes conduz um sistema de avaliação para os processos de entrada e de permanência dos cursos de mestrado e doutorado no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A recomendação de permanência apoia-se nos resultados da avaliação periódica (quadrienal) dos PPGs. Cada programa recebe uma nota, classificando-o em uma escala de 1 a 7, com base em uma variedade de indicadores, dentre os quais os referentes à produção científica do corpo docente e discente e ao tempo para titulação (CAPES, 2019).

⁴ Análise nossa, com base em Capes (2017).

⁵ Dentre as quatro vertentes teóricas elencadas por Posselt e Grodsky (2017), o reproducionismo é a mais afeita aos processos de alocação de vagas. A teoria do capital humano e as versões sobre manutenção da desigualdade tratam da demanda pelos serviços de educação; o fechamento ocupacional concerne a oferta desses serviços, porém com enfoque na restrição desta de uma maneira geral, sem consideração sobre os processos de seleção para ocupação das vagas que chegam a ser oferecidas.

Apesar da lacuna teórica já mencionada, é altamente provável que desigualdades socioeconômicas, de gênero e de cor/raça permeiem a transição para a pós-graduação, bem como a distribuição de discentes nos variados cursos. Mesmo entre as ofertas *stricto sensu* (mestrados e doutorados) de uma mesma área, podem ser encontradas diferenças substantivas, com possível concentração de perfis em ofertas mais (ou menos) prestigiosas, seletivas e associadas com ganhos de produtividade e remuneração. Aspectos qualitativos e de produtividade são expressos, por exemplo, na nota atribuída pela Capes.

Como especificado adiante, a amostra utilizada neste trabalho contempla apenas programas avaliados pela Capes como 7 na última avaliação quadrienal (2013–2016). Todavia, outras particularidades das ofertas precisam ser incorporadas à análise. Enquanto a nossa primeira hipótese (*H1*) prevê concentração dos percentuais de reserva na vizinhança do limite mínimo – portanto, uma expectativa sobre a centralidade da distribuição desses percentuais – a dispersão deles também é relevante. Aqui, supõe-se encontrar variações associadas com características das ofertas (número de vagas; nível mestrado ou doutorado; idade do curso; *timing* do processo seletivo) e de suas carreiras alimentadoras (rendimento esperado ao longo da carreira, nível de emprego entre graduados, percentual de negros entre graduados). Esta nossa hipótese sobre a dispersão dos percentuais de reserva (*H2*) é consistente com a estratificação horizontal identificada nos cursos de graduação, tanto nos Estados Unidos⁶ como no Brasil (RIBEIRO, SCHLEGEL, 2015; CARVALHAES, RIBEIRO, 2019). Afinal, considerações sobre a participação histórica de negros entre os discentes podem ter balizado o estabelecimento do percentual de reserva. Da mesma forma, o prestígio e estágio de consolidação do curso, bem como o valor ocupacional da pós-graduação (*vis-à-vis* da graduação), podem ter sido aspectos considerados pelos colegiados ao desenharem suas ações afirmativas.

Todavia, dado o caráter exploratório do presente trabalho, e a falta de substrato teórico para guiar a fundamentação de expectativas específicas sobre a influência das características das ofertas e carreiras alimentadoras na definição dos percentuais de reserva, opta-se por declarar *H2* como uma hipótese geral. Por essa razão, não se detalha o sentido (positivo ou negativo) das associações possíveis entre cada fator considerado e os percentuais de reserva.

Também, a expectativa de padrões sistemáticos de dispersão é coerente com o entendimento de que os colegiados dos PPGs exerceram poder de escolha ao definirem suas próprias políticas, mas dentro de uma cultura disciplinar específica. Assim, o enquadramento teórico dos membros dos colegiados como burocratas de nível de rua, com formulação *bottom-up*, é aplicável.

METODOLOGIA

Com mais 90 anos de história e contando com cerca de 49 mil estudantes, a UFMG tem tido destaque em distintas avaliações. É considerada a terceira melhor universidade do Brasil, pelo *Ranking* Universitário Folha (FOLHA DE S.PAULO, 2018). Em 2019, passou a ocupar a oitava posição do *ranking* regional (América Latina) de instituições de ensino superior, segundo a Times Higher Education (2019). Atualmente, existem 155 cursos ativos de pós-graduação na instituição – contados os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado – e 87 PPGs, abrangendo todas as áreas do conhecimento.⁷ Segundo dados da avaliação quadrienal mais recente (2013–2016) da Capes, 42,5% dos cursos de mestrado e doutorado da UFMG foram classificados como tendo desempenho equivalente ao alto padrão internacional (notas 6 e 7); a média nacional de cursos avaliados com esse patamar de excelência é de 11% (ARAÚJO, 2017). Logo, vê-se a importância da contribuição da UFMG para a formação de profissionais altamente qualificados, nos diferentes campos do saber. Justifica-se, assim, a seleção dessa universidade como caso a ser analisado.

A apreciação das duas hipóteses baseia-se na análise documental dos editais para processos seletivos dos 17 PPGs da UFMG classificados com nota máxima (7) pela Capes no último quadriênio avaliado. Consideraram-se as chamadas para ingresso em 2018 (primeiro ou segundo semestre) e 2019 (primeiro semestre). A análise dos editais gerou um banco de dados com 75 observações (ou ofertas), cada uma referente a uma combinação de PPG, curso (mestrado ou doutorado) e processo seletivo (2018/1, 2018/2 ou 2019/1).

Estatísticas descritivas (frequência, média, desvio padrão) e inferenciais (teste de hipótese sobre média, intervalo de confiança) foram empregadas para inspeção da primeira hipótese. A segunda hipótese foi examinada via estimação de modelo de regressão, tendo como variável explicada o percentual de reserva para negros. As variáveis explicativas expressam atributos das ofertas e das carreiras alimentadoras. Informações para essas carreiras, baseadas no Censo Demográfico de 2010 (percentual de graduados negros; percentual de graduados ocupados; e rendimento médio dos graduados por hora de trabalho, dos 25 aos 65 anos, em R\$ de 2010), foram extraídas de Martins e Machado (2018). O número de observações por PPG e o pareamento entre o PPG e a carreira alimentadora (realizado por afinidade disciplinar) são mostrados na Tabela A1, do Apêndice. Sete ofertas (quatro do PPG em Ciência Animal e três do PPG em Odontologia) não puderam ser pareadas, pois não havia em Martins e Machado (2018) dados para as respectivas carreiras alimentadoras; destarte, a amostra utilizada para a análise de regressão é composta por 68 observações.

⁶ A revisão bibliográfica empreendida por Posselt e Grodsky (2017) apontou que os padrões de participação e de titulação variam consideravelmente por tipo de programa (mestrado, doutorado, e programas ditos “profissionais” no contexto americano, como Medicina e Direito). Mulheres, afro-americanos e hispânicos são menos prováveis de obter o título doutoral; mulheres continuam subrepresentadas em pós-graduações das faculdades e universidades mais seletivas e em certas áreas de estudo.

⁷ Informações obtidas via comunicação por e-mail com o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFMG, em 25/jul./2017.

A variável explicada possui intervalo de variação censurado, podendo assumir valores entre 20 e 50%. Dada essa característica, estimativas embasadas no estimador de mínimos quadrados ordinários serão enviesadas. Felizmente, estimativas consistentes podem ser obtidas por modelos especialmente desenvolvidos para esse tipo de dado, chamados modelos de regressão censurada. O problema resolvido por esses modelos é a falta de dados da variável resposta, y . Embora seja possível observar essa variável em diferentes segmentos da população, para as unidades com y acima de um limite superior (ou abaixo de um limite inferior), o valor que y assumiria se não fosse censurado não é observável, e nesse sentido está faltante. O reconhecimento explícito, no modelo de regressão, de que os valores faltantes estão acima ou abaixo de limiares conhecidos fornece informação útil para a estimação dos parâmetros (WOOLDRIDGE, 2008).⁸

O modelo estimado prevê, ainda, interceptos aleatórios por PPG, para dar conta da dependência entre decisões tomadas por um mesmo colegiado. A estrutura multinível do modelo de interceptos aleatórios reconhece que uma porção da variação total dos percentuais de reserva é compartilhada por observações concernentes a um mesmo PPG. Segmenta, assim, os interceptos em uma parte aplicável a todos os PPGs (constante, ao nível da população) e outra parte própria a cada PPG (aleatória, ao nível do grupo). O termo estocástico específico dos PPGs incorpora diferenças entre os cursos que não são representadas pelas variáveis explicativas consideradas (e.g., histórico de participação de negros entre discentes).^{9, 10}

Note-se como a metodologia aqui empregada destoa dos desenhos de pesquisa típicos de estudos sobre burocracias de nível de rua. Estes costumam gerar dados a partir de algum tipo de etnografia ou série de entrevistas, ocasionalmente analisados em conjunto com dados de natureza quantitativa. Estas foram as abordagens mais comuns entre os trabalhos listados por Cavalcanti, Lotta e Pires (2018) como exemplos da produção brasileira sobre burocracia de nível de rua. Aqui, nossa atenção está voltada às decisões, frutos da ação descentralizada de uma comunidade de burocratas de nível de rua, e não aos processos decisórios pelos quais o percentual de reserva de vagas para negros foi determinado. Este segundo objetivo certamente complementa o entendimento do quadro resultante de desenhos de ações afirmativas na pós-graduação de excelência da UFMG, mas não caracteriza o foco do presente estudo. Daí a opção por um desenho de pesquisa predominantemente quantitativo, fundado em técnicas econométricas.

EXAME DAS HIPÓTESES

Como esperado, a variável de interesse, percentual de vagas reservadas, concentra-se em valores próximos do limite inferior, porém exibe dispersão não negligenciável; o coeficiente de variação, correspondente à divisão do desvio padrão (10,00 pontos percentuais) pela média (27,48%) é de 0,36.¹¹ Em 32 ofertas (43%), PPGs adotaram o percentual mínimo de reserva; em 9 ofertas (12%), o percentual máximo; nas demais 34 ofertas (45%), aplicaram um percentual de reserva maior que 20% e menor que 50% (Figura 1). Ofertas da área de Biológicas concentram-se na reserva mínima (desvio padrão = 5,82), enquanto cursos em Humanas e Exatas apresentaram maior dispersão de percentuais reservados (desvio padrão de 10,26 e 11,31, respectivamente).

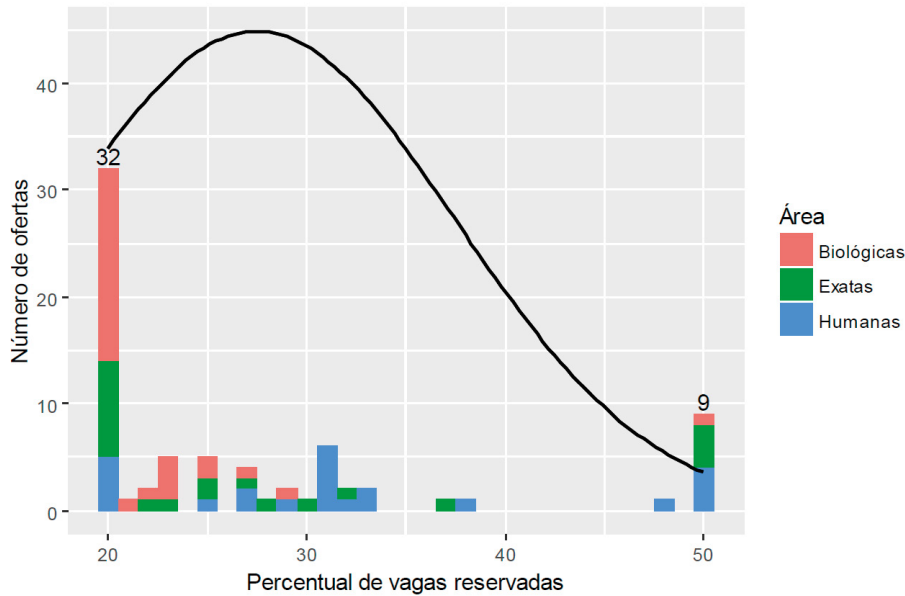
⁸ Para a estimação das regressões, utilizou-se o pacote *censReg*, para o ambiente de programação R.

⁹ O modelo de interceptos aleatórios assume que o componente aleatório dos interceptos, próprio a cada grupo, não se correlaciona com as variáveis explicativas; essa suposição constitui uma fragilidade do método, já que as covariáveis variam também entre grupos, e muito provavelmente guardam alguma associação com a porção não observável da heterogeneidade entre os grupos (TOWNSEND *et al.*, 2013).

¹⁰ O método aplicado para estimação do modelo de interceptos aleatórios para variável dependente censurada foi o de Berndt, Hall, Hall e Hausman (1974).

¹¹ Considera a amostra com 75 observações.

Figura 1. Frequência do número de ofertas, por percentual de vagas reservadas a candidatos negros e área (n = 75)



Notas: A linha preta sólida representa a distribuição normal com mesma média e desvio padrão da distribuição amostral de percentuais de vagas reservadas. Área "Biológicas" agrupa Ciências Biológicas; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde. Área "Exatas" agrupa Ciências Exatas e da Terra; e Engenharias. Área "Humanas" agrupa Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; e Linguística, Letras e Artes. Vide Tabela A1, do Apêndice, para detalhes desses agrupamentos.

Fonte: Elaboração própria.

O teste *t* da média populacional (μ), tendo como hipótese nula $\mu \geq 30$, rejeita essa proposição ao nível de 2% de significância. O intervalo de 95% de confiança para a média populacional da variável de interesse inclui valores entre 25,18 e 29,78% de vagas reservadas para negros. Corrobora-se, assim, *H1*, já que a distribuição dos percentuais de reserva parece centrar-se na proximidade do valor mínimo.

Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas das variáveis explicada e explicativas, na amostra utilizada para análise de regressão (n = 68). O percentual de negros entre os graduados das carreiras alimentadoras varia de 17,83 a 35,19%. Portanto, o intervalo de reserva imposto pela Resolução CEPE nº 02/2017 é amplo e elevado o suficiente para contemplar o público-alvo, se estimado pelo percentual de negros graduados.¹²

Tabela 1. Estatísticas descritivas de variáveis selecionadas

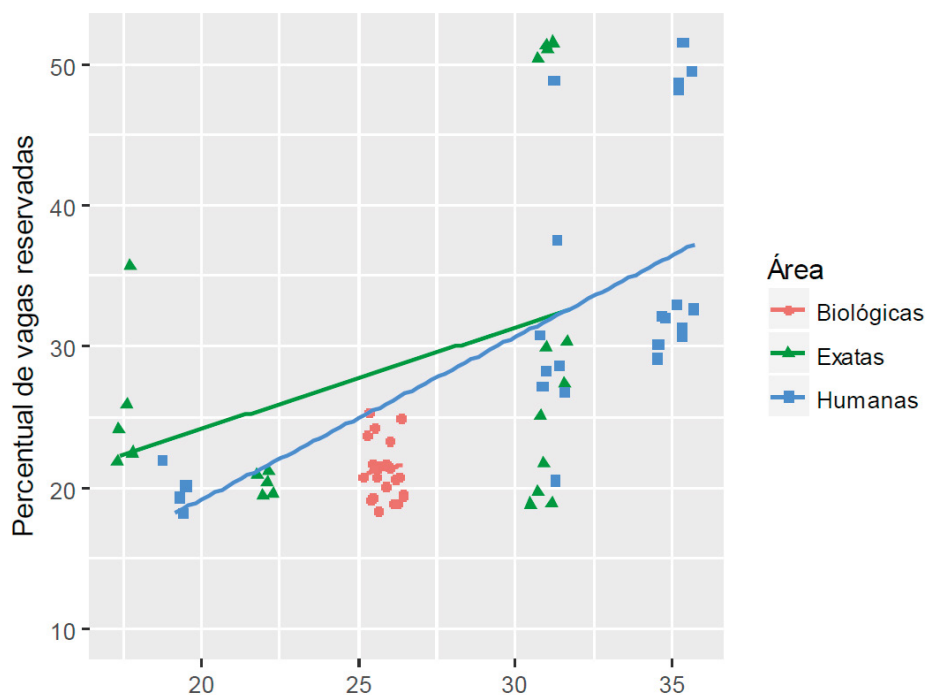
Percentual de vagas reservadas para negros	68	27,56	9,99	20,00	20,00	31,00	50,00
Vagas ofertadas	68	35,25	23,05	8,00	17,00	50,00	100,00
(Dummy) Curso: Mestrado	68	0,51	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00
(Dummy) Curso: Doutorado	68	0,49	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00
Idade do curso (em 2017)	68	33,22	14,42	4,00	19,00	47,20	50,00
(Dummy) Processo seletivo: 2018/1	68	0,44	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00
(Dummy) Processo seletivo: 2018/2	68	0,12	0,32	0,00	0,00	0,00	1,00
(Dummy) Processo seletivo: 2019/1	68	0,44	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00
Percentual de graduados negros (em 2010)	68	27,76	5,31	17,83	25,75	31,10	35,19
Percentual de graduados ocupados (em 2010)	68	82,84	3,11	80,23	80,23	83,21	90,36
Rendimento médio por hora de trabalho (em R\$ de 2010)	68	9,96	2,83	7,03	8,97	9,87	17,32

Fonte: Elaboração própria.

Percentual de negros nas carreiras alimentadoras e percentual de reversa são variáveis positivamente correlacionadas, apresentando associação moderada a intensa ($\rho = 0,56$, estatisticamente significativa a 1%). Figura 2 ilustra essa relação, por área disciplinar. Valores em ambos os eixos foram *jittered* (i.e., a eles foram adicionadas pequenas porções de ruído, na forma de variações aleatórias, para facilitar a visualização de pontos originalmente sobrepostos). Todas as ofertas da área de Biológicas (n = 22) foram pareadas com a carreira alimentadora Biologia (Tabela A1, do Apêndice); portanto, não se pode calcular correlação considerando somente esse segmento da amostra. Para Exatas, essa correlação é de 0,37 (n = 22; estatisticamente significativa a 10%), e para Humanas, 0,64 (n = 24; estatisticamente significativa a 1%).

¹² Outras formas de dimensionamento do público-alvo dessa ação afirmativa poderiam ser consideradas, entretanto. Por exemplo, via apreciação da série longitudinal da participação de negros entre os discentes dos PPGs, e do percentual de negros entre candidatos a vagas em seleções passadas (antes da aplicação de cota) e atuais. Infelizmente, não foi possível acessar esses dados históricos.

Figura 2. Percentual de graduados negros e percentual de vagas reservadas a candidatos negros, por área (n = 68)



Notas: Valores em ambos os eixos foram *jittered*, para facilitar a visualização. Linhas sólidas representam a reta de regressão bivariada, na respectiva área. Área “Biológicas” agrupa Ciências Biológicas; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde. Área “Exatas” agrupa Ciências Exatas e da Terra; e Engenharias. Área “Humanas” agrupa Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; e Linguística, Letras e Artes. Vide Tabela A1, do Apêndice, para detalhes desses agrupamentos.

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne a *H2*, o percentual de reserva não se revelou sensível aos atributos da oferta: total de vagas, nível do curso ofertado (mestrado ou doutorado), idade do curso e *timing* do processo seletivo (Tabela 2). Apesar de não ser estatisticamente diferente de zero, o coeficiente para a *dummy* indicativa de que a oferta é para um curso de doutorado exhibe magnitude da ordem de quatro pontos percentuais, negativos. Essa estimativa é sugestiva de que os PPGs estariam sendo mais conservadores nos percentuais de reserva para doutorado em relação ao mestrado.¹³

Ainda sobre *H2*, quanto às características das carreiras alimentadoras, a reserva mostra-se 4,2 pontos percentuais mais alta para cada incremento de um ponto no percentual de negros entre os graduados. Também, a reserva tende a ser mais elevada para carreiras com maior rendimento médio por hora trabalhada. Em média, o percentual de reserva foi 4,8 pontos mais elevado para cada R\$ 1 adicional no rendimento médio por hora trabalhada (em reais de 2010; na amostra, estes rendimentos variaram de R\$ 7,03 a R\$ 17,32, conforme Tabela 1). Nas carreiras com menores rendimentos, a competitividade pelos assentos na pós-graduação pode ser maior, seja como forma de aumentar a expectativa de renda, seja como estratégia de ocupação (na capacidade de pós-graduando, eventualmente com bolsa de estudos) caso o contexto proporcione reduzidas oportunidades de emprego. Se graduados negros estiverem concentrados nas carreiras com menores rendimentos, como parece ser o caso ($\rho = -0,82$, estatisticamente significativa a 0,1%, com $n = 68$) e com menor percentual de ocupação ($\rho = -0,30$, significativa a 2%, com $n = 68$), a relação positiva entre rendimento do trabalho e percentual de reserva não necessariamente implica mais inclusão – pois é possível que a procura por vagas reservadas seja mais acirrada nas ofertas com menor expectativa de retorno financeiro. Infelizmente, esta suspeita não pode ser verificada com os dados disponíveis. Nível de emprego entre graduados das carreiras alimentadoras não parece, todavia, se relacionar com a extensão da reserva de vagas nas ofertas analisadas, mantidas as demais variáveis constantes.

¹³ Das 68 observações utilizadas na análise de regressão, quatro correspondiam a processos seletivos em que o PPG ofereceu apenas mestrado ou doutorado. As demais 64 observações distribuem-se da seguinte forma, quanto ao percentual de reserva, considerando um mesmo programa e processo seletivo: reserva no doutorado maior que no mestrado: $n = 10$ e diferença média = 4,0 pontos percentuais; reservas iguais no doutorado e mestrado: $n = 32$; reserva no doutorado menor que no mestrado: $n = 22$ e diferença média = 4,0 pontos percentuais.

Tabela 2. Coeficientes estimados via modelos de regressão censurada, com interceptos aleatórios para PPG

Variável explicativa	Especificação	
	(1)	(2)
Características da oferta		
Vagas ofertadas	-0,111 (0,106)	-0,111 (0,105)
(<i>Dummy</i>) Curso: Doutorado	-4,104 (5,221)	-4,064 (5,231)
Idade do curso (em 2017)	-0,018 (0,159)	-0,013 (0,167)
(<i>Dummy</i>) Processo seletivo: 2018/2	9,660 (5,892)	16,934 (46,099)
(<i>Dummy</i>) Processo seletivo: 2019/1	0,953 (3,979)	8,935 (27,542)
Características das carreiras alimentadoras		
Percentual de graduados negros (em 2010)	4,238*** (0,955)	4,401*** (1,121)
Percentual de graduados ocupados (em 2010)	0,470 (1,228)	0,447 (1,426)
Rendimento médio por hora de trabalho (em R\$ de 2010)	4,783** (1,941)	4,816** (2,000)
Interações		
Percentual de graduados negros * (<i>Dummy</i>) Processo seletivo: 2018/2-0,259 (1,556)		
Percentual de graduados negros * (<i>Dummy</i>) Processo seletivo: 2019/1-0,277 (0,881)		
Log Sigma	2,517*** (0,190)	2,516*** (0,189)
Constante	-176,882** (87,644)	-180,102* (100,680)
Observações		
Log Likelihood	-144,340	-144,250
Akaike Information Criterion (AIC)	308,681	312,500
Bayesian Information Criterion (BIC)	330,876	339,134

Notas: Das 68 observações, 29 são censuradas à esquerda, e 8 à direita. Erros padrão são apresentados entre parênteses. * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. *Variance Inflation Factor* (VIF) máximo na especificação (1) = 5,67, para a variável percentual de graduados negros.

Fonte: Elaboração própria.

Uma segunda especificação, incluindo interações entre percentual de graduados negros e o *timing* do processo seletivo, não modifica os achados. Na especificação (2), Tabela 2, os termos de interação não retornam coeficientes estatisticamente significantes, as demais estimativas, em sua maioria, são similares àquelas da especificação (1), e todas as medidas de ajuste (*Log Likelihood*, *Akaike Information Criterion* – AIC e *Bayesian Information Criterion* – BIC) favorecem a especificação sem interações. Na amostra, o percentual de graduados negros associou-se à variável explicada em intensidades semelhantes ao longo dos três processos seletivos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de recente, a reserva de vagas na pós-graduação da UFMG já demonstra padrões muito variados de implementação. A fraca indução do governo federal e a ampla discricionariedade conferida pela Universidade aos PPGs redundaram, como se poderia esperar, em um protagonismo dos colegiados na definição dos contornos da política. Esse processo parece condizente com a visão *bottom-up* de implementação, em que burocratas de nível de rua lideram a tomada de decisão – no caso em tela, de maneira relativamente independente e sem coordenação formal.

O exercício precedente examinou duas hipóteses, tendo corroborado ambas: *H1*) a distribuição dos percentuais de reserva para candidatos negros está concentrada na vizinhança do limite mínimo; e *H2*) os percentuais de reserva adotados associam-se sistematicamente com características das ofertas e de suas carreiras alimentadoras. *H1* alicerça-se no reproduçãoismo bourdieuno (em particular, na condição de entrelaçamento do capital cultural com a excelência acadêmica), bem como numa possível interpretação de que as cotas raciais pudessem prejudicar o desempenho do corpo discente e a avaliação do PPG, e na expectativa de que os colegiados dos PPGs prefiram mudanças menos abruptas no processo seletivo. *H2* é consistente com a estratificação horizontal identificada nos cursos de graduação; admite que a participação histórica de negros entre os discentes pode ter balizado o estabelecimento do percentual de reserva. Igualmente, o prestígio, o estágio de consolidação do curso, e o valor ocupacional da pós-graduação podem ter sido considerados pelos colegiados ao estabelecerem os percentuais de reserva para candidatos negros.

Nos PPGs da UFMG avaliados com nota 7 pela Capes, há indícios de que os PPGs tendam a praticar percentuais de reserva mais altos no mestrado que no doutorado, porém essa relação não se mostrou estatisticamente significativa no modelo de regressão. O intervalo de reserva estabelecido na Resolução CEPE nº 02/2017 não parece formar mais um “gargalo” na trajetória acadêmica do seu público-alvo, já que o percentual de negros entre os graduados das carreiras alimentadoras varia de 17,83 a 35,19%. E o percentual de reserva revelou-se sensível ao perfil dos graduados nessas carreiras: a reserva mostrou-se 4,2 pontos percentuais mais alta para cada incremento de um ponto no percentual de negros entre os graduados.

Também, a reserva tende a ser mais elevada para carreiras com maior rendimento médio por hora trabalhada. Esta constatação, porém, pode não ser indicativa de maior inclusão. Graduados negros tendem a se concentrar nas carreiras com menores rendimentos e com menor percentual de ocupação. Num contexto de dificuldade para ingresso no mercado de trabalho ou de salários baixos, o valor de uma pós-graduação pode ser relativamente maior, e possivelmente configura-se como uma das poucas opções de ocupação e renda (no caso de recebimento de bolsa). Neste sentido, é provável que a procura por vagas reservadas seja mais intensa nas ofertas com menor expectativa de retorno financeiro. Esta suspeita não pode ser verificada com os dados disponíveis, entretanto.

Desdobramentos deste estudo devem incorporar mais PPGs (com outras avaliações da Capes) e outras universidades. Também, convém considerar outras formas de apuração da demanda pelos cursos de pós-graduação – por exemplo, a partir do histórico de participação de negros entre os discentes dos PPGs e o percentual de negros entre candidatos a vagas em seleções passadas (antes da aplicação de cota) e atuais.

Tão relevante quanto, inclusive para o refinamento do modelo de estimação dos percentuais de reserva, é partir para o entendimento do processo decisório subjacente à elaboração dos editais. Dessa forma, será possível aprofundar a compreensão das noções de justiça e outros critérios considerados pelos colegiados – e.g., número de candidatos por vaga em seleções anteriores, nível do curso (mestrado ou doutorado).

Em nosso conhecimento, não há estudos na interseção dos temas ações afirmativas na pós-graduação e burocracia de nível de rua. Assumidamente, nesta primeira aproximação, o referencial teórico da burocracia de nível de rua aparece mais como pano de fundo do que como norteador para hipóteses. Todavia, essa perspectiva merece ser contemplada, ensejando outras estratégias de produção e análise de dados, e permitindo lançar luz às formas de representação social de conceitos e aos fatores balizadores das ações afirmativas na pós-graduação. Assim, seria possível retratar a imagem que os membros dos colegiados têm dessas iniciativas e o processo que os levou a estabelecer certos percentuais de reserva.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. R. Mais de 40% dos programas de pós-graduação da UFMG têm excelência internacional. 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/90anos/mais-de-40-dos-programas-de-pos-graduacao-da-ufmg-tem-excelencia-internacional/>>. Acesso em: jul. 2019.
- ARRETICHE, M. (Org.). *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora da UNESP/ CEM, 2015.
- BARRETT, S. M. Implementation studies: Time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. *Public Administration*, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2, p. 9-49, 1962.
- BERNDT, E. R.; HALL, B. H.; HALL, R. E.; HAUSMAN, J. A. Estimation and inference in nonlinear structural models. In: *Annals of Economic and Social Measurement*, v. 3, n. 4, NBER, 1974. p. 653- 665.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017. BOURDIEU, P. *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage, 1990.
- BRASIL. Universidade Federal de Minas Gerais. Resolução nº 02/2017, 4 de abril de 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/storage/3/7/5/e/375ec9f3f14eea18e112ae5f2702030a_15045448481341_287882584.pdf>. Acesso em: jun. 2018.
- CAMPOS, L. A. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: Um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Resultado da avaliação quadrienal 2017. 2017. Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>>. Acesso em: jul. 2019.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Sobre a Avaliação*. 2019. Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: jul. 2019.
- CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.
- CAVALCANTI, S.; LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: R. R. C. PIRES; G. S. LOTTA; V. E. de OLIVEIRA. (Orgs.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: Interseções analíticas*. Brasília: IPEA/ ENAP, 2018, p. 227-246.
- COLLINS, R. *The credential society: An historical sociology of education and stratification*. New York: Academic Press; 1979.
- DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: Um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, pp. 302-327, 2013.
- DAMÁZIO, M. Estudante acusada de fraudar cotas raciais em mestrado na UFMG diz que ‘cometeu um erro’. *Hoje em Dia*, 27 de Nov. de 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/educa%C3%A7%C3%A3o/estudante-acusada-de-fraudar-cotas-raciais-em-mestrado-na-ufmg-diz-que-cometeu-um-erro-1.577016>>. Acesso em: jun. 2018.
- DE FIORI, A. L.; ASSÊNSIO, C. B.; ANDRADE, F.; TEIXEIRA, J. M.; PATRIARCA, L.; DAL BO, T. L. O tempo e o vento: Notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP. *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 1, p. 55-83, 2017.
- FOLHA DE S.PAULO. *Ranking* Universitário Folha 2018. 2018. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2018/>>. Acesso em: jul. 2019.

- GERBER, T. P.; CHEUNG, S. Y. Horizontal stratification in postsecondary education: Forms, explanations, and implications. *Annual Review of Sociology*, v. 34, n. 1, p. 299-318, 2008.
- LIZUKA, E. S. A política de cotas nas universidades brasileiras: Como ela chegou à agenda de políticas públicas? *AOS, Brazil*, v. 5, n. 2, p. 41-58, 2016.
- LEÃO, I.; CARVALHO, C. M. Análise do currículo da área de concentração em Direitos Humanos: Tensões e desafios da pós-graduação em Direito na USP, UFPA e UFPB. In: H. W. RODRIGUES; S. H. MEZZARROBA; I. D. MOTTA. (Orgs.). *Direito, educação, ensino e metodologia jurídica*. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 47-72.
- LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public service*. New York: Russel Sage Foundation, 1980.
- LOTTA, G. S. Implementação de políticas públicas: O impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295 f. Tese (Ciência Política), USP, São Paulo, 2010.
- LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: Entre o controle e a discricionariedade. In: C. A. FARIA (Org.). *Implementação de políticas públicas: Teoria e prática*. Editora PUC Minas, Belo Horizonte, 2012, p. 221-259.
- LUCAS, S. R. Effectively maintained inequality: Education transitions, track mobility, and social background effects. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, p. 1642-1690, 2001.
- MARTINS, F. dos S.; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 1, p. 1-24, 2018.
- POSSELT, J. R.; GRODSKY, E. Graduate education and social stratification. *Annual Review of Sociology*, v. 43, n. 1, p. 353-378, 2017.
- RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: Expansion, reform, and opportunity in Irish education, 1921-75. *Sociology of Education*, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.
- RIBEIRO, C. C.; SCHLEGEL, R. A estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: M. ARRETICHE (Org.). *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora da UNESP/CEM, 2015, pp. 133-162.
- SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: A critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.
- SABBAGH, D. The rise of indirect affirmative action: Converging strategies for promoting 'diversity' in selective institutions of higher education in the United States and France. *World Politics*, v. 63, n. 3, p. 470-508, 2011.
- SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.
- SANTOS, J. T. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: Um balanço crítico da produção. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 93, n. 234, p. 401-422, 2012.
- SHAVIT, Y.; ARUM, R.; GAMORAN, A.; MENAHEM, G. *Stratification in higher education*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.
- SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H.-P. *Persistent inequality: Changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder, CO: Westview, 1993.
- SILVA, M. A. M. da. Rumos e desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: A. ARTES; S. UNBEHAUM; V. R. SILVÉRIO. (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- SOUZA, P. H. G. F. A desigualdade vista do topo: A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f. Tese (Sociologia), UnB, Brasília, 2016.

- TIMES HIGHER EDUCATION. Best universities in Latin America 2019. 2019. Disponível em: < <https://www.timeshighereducation.com/student/best-universities/best-universities-latin-america>>. Acesso em: jul. 2019.
- TOWNSEND, Z.; BUCKLEY, J.; HARADA, M.; SCOTT, M. A. The choice between fixed and random effects. *The SAGE handbook of multilevel modeling*, p. 73-88, 2013.
- TRIVENTI, M.; PANICHELLA, N.; BALLARINO, G., BARONE, C., BERNARDI, F. Education as a positional good: Implications for social inequalities in educational attainment in Italy. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 43, p. 39-52, 2016.
- VENTURINI, A. C. Ações afirmativas para pós-graduação: Desenho e desafios da política pública. In: 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2017. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/spg-4/spg27-1/11017-acoes-afirmativas-para-pos-graduacao-desenho-e-desafios-da-politica-publica/file>>. Acesso em: jun. 2018.
- VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Ações afirmativas em cursos de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas. *Boletim GEMAA*, n. 6, 2018.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- WEISBROD, B. A. Education and investment in human capital. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2, p. 106-123, 1962.
- WEISSKOPF, T. E. *Affirmative action in the United States and India: A comparative perspective*. Londres: Routledge, 2004.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

APÊNDICE

Tabela A1. Observações por PPG e processo seletivo, e carreiras alimentadoras consideradas

# Programa de pós-graduação	Área	Área de avaliação (Capes)	Total de Observações	Observações por processo seletivo			Carreira alimentadora
				2018/1	2018/2	2019/1	
1 Bioinformática	Biológicas	Ciências Biológicas I	5	2	1	2	Biologia
2 Bioquímica e Imunologia	Biológicas	Ciências Biológicas II	4	2	0	2	Biologia
3 Ciência Animal	Biológicas	Medicina Veterinária	4	2	0	2	N.d.
4 Ciência Política	Humanas	Ciência Política e Relações Internacionais	4	2	0	2	Educação
5 Ciências Biológicas (Fisiologia e Farmacologia)	Biológicas	Ciências Biológicas II	5	2	1	2	Biologia
6 Ciências Biológicas (Microbiologia)	Biológicas	Ciências Biológicas III	4	2	0	2	Biologia
7 Ciências da Computação	Exatas	Ciência da Computação	5	2	1	2	Computação
8 Demografia	Humanas	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	4	2	0	2	Economia
9 Educação	Humanas	Educação	4	2	0	2	Educação
10 Estudos Linguísticos	Humanas	Linguística e Literatura	4	2	0	2	Línguas
11 Estudos Literários	Humanas	Linguística e Literatura	4	2	0	2	Línguas
12 Física	Exatas	Astronomia/ Física	6	2	2	2	Física
13 História	Humanas	História	4	2	0	2	Educação
14 Odontologia	Biológicas	Odontologia	3	1	2	0	N.d.
15 Parasitologia	Biológicas	Ciências Biológicas III	4	2	0	2	Biologia
16 Química	Exatas	Química	6	2	2	2	Física
17 Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Exatas	Engenharias I	5	2	1	2	Engenharia
Observações			75	33	10	32	

Nota: N.d. = Não disponível, pois nenhuma carreira em Martins e Machado (2018) serviu para pareamento com o PPG. Fonte: Elaboração própria.